

A CONSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro¹

janaine_nana@hotmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça²

ufgmendonca@gmail.com

RESUMO

A pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Geografia tem como objetivo compreender o processo de territorialização do Laticínio que culmina nas mudanças espaciais na cidade, se estende ao campo e se evidencia, sobretudo, nas relações de trabalho. A questão teórica e metodológica na Geografia consiste num ponto crucial, pois ela é responsável pelo suporte e condução da pesquisa a ser desenvolvida. Nesse sentido, o presente artigo apresenta uma reflexão acerca do constante processo de (re)construção da ciência geográfica, bem como, os desafios para o geógrafos na elaboração de uma ciência geográfica que corresponda às exigências de uma sociedade em constante transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Teoria. Metodologia. Paradigmas. Desafios.

ABSTRACT

The research developed in the course of Masters in Geography aims to understand the process of territorialization of Dairy culminating in spatial changes in the city, and extends to the field is evident, especially in labor relations. The theoretical and methodological issue in Geography is a crucial point, because it is responsible for the support and conduct of research to be developed. Accordingly, this article presents a reflection on the constant process of (re) construction of geographical science, as well as the challenges for geographers in developing a geographic science that matches the demands of a rapidly changing society.

KEYWORDS: Geography. Theory. Methodology. Paradigms. Challenges.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa que está sendo desenvolvida no Curso de Mestrado tem como objetivo compreender o processo de territorialização do laticínio Italc Alimentos que culmina nas mudanças espaciais na cidade, se estende ao campo e se evidencia, sobretudo, nas relações de trabalho. Pretende-se investigar os imperativos da lógica

¹Aluna do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás/UFG, Campus Catalão/CAC. Membro do Núcleo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/GETeM/CNPq/UFG.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão/CAC. Coordenador do Núcleo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/GETeM/CNPq/UFG.

capitalista e suas diferentes estratégias utilizadas para a manutenção das condições de reprodução do lucro, no município, tais como a instalação do laticínio, a participação do Estado e as formas de organização do trabalho no processo produtivo, ressaltando a reestruturação das relações sociais de trabalho tanto na fábrica quanto nas unidades produtoras do leite, sejam as camponesas ou as empresas rurais.

As formas de expansão capitalista promovem um constante processo de reestruturação espacial em diferentes intensidades por meio de distintas estratégias, que em contrapartida encontram um terreno repleto de heterogeneidades, que oferecem resistência e se territorializam também de forma específica ao longo do globo. Essa hegemonia demanda lógicas de produção e consumo próprias que visam manter as condições de produção e reprodução do lucro, com base na exploração da força de trabalho e na apropriação de mais-valia e, por conseguinte, gera a expropriação de milhões de pessoas do acesso às condições mínimas de existência. Acredita-se que o movimento de *expansão geográfica, reorganização espacial e desenvolvimento geográfico desigual* sejam fundamentais para o capitalismo se manter enquanto sistema econômico-político hegemônico na contemporaneidade. (HARVEY, 2000).

É instigante reconhecer e compreender os mecanismos que representam os imperativos do capital, os elementos que compõem as especificidades locais e os resultantes da luta capital x trabalho, pois se territorializam e conferem aos sujeitos e ao espaço novas formas de organização que lhe são específicas e locais ao mesmo tempo em que são gerais e universais. “A territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas.” (HARVEY, 2000, p. 108).

Um aspecto em destaque a ser abordado na pesquisa é a relação campo-cidade que se estabelece nesse contexto, pois os efeitos da territorialização da agroindústria não se restringem à cidade, local onde se encontra a unidade produtiva e onde vivem os trabalhadores e trabalhadoras, mas chega ao campo, uma vez que, envolve os camponeses no fornecimento do leite como matéria-prima

ao Laticínio. Assim, o campo também passa pelo processo de reestruturação e reorganização espacial das relações sociais de trabalho a partir da lógica capitalista, pelas exigências do mercado, que são exteriores ao campo. Assim, tem-se uma nova dinâmica no campo, na qual os camponeses, os pecuaristas e as empresas rurais disputam territórios.

Dessa forma, tem-se o intuito de compreender a realidade construída no município nos últimos vinte anos a partir da intervenção do capital globalizado, na figura da agroindústria laticinista, considerando as diversas faces da realidade bem como os diferentes sujeitos que compõe essa a realidade e que tanto podem se (re)construir ou (re)existir a partir da dinâmica do sistema econômico hegemônico, ou melhor, por meio da relação capital/trabalho.³

A pesquisa encontra-se em fase de construção e um dos aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento é o entendimento do processo de sistematização da ciência geográfica ou a compreensão dos seus princípios filosóficos e teórico-metodológicos que são constituídos ao longo do tempo e configuram a Geografia na atualidade. Para tanto, serão apresentados neste artigo um estudo acerca da constituição da Geografia enquanto ciência, uma discussão acerca do método de análise e da metodologia a ser utilizada na pesquisa. O artigo foi estruturado em duas sessões sendo 2 *Geografia: uma ciência em constante (re)construção* e 3 *Os desafios para a Geografia na atualidade: uma contribuição das ciências sociais*, além das *Considerações Iniciais* e das *Considerações Finais*.

2 GEOGRAFIA: UMA CIÊNCIA EM CONSTANTE (RE)CONSTRUÇÃO

Ao realizar um estudo acerca da sistematização e evolução da Geografia enquanto ciência, da construção do saber geográfico, seus paradigmas e conjuntos

³ De acordo com Mendonça; Pelá (2010) tem-se nas áreas de Cerrado uma *encruzilhada de tempos*, ou melhor, constitui-se num mosaico de territórios em disputa, onde estão as estratégias hegemônicas do capital e as *(Re)Existências*. É preciso reconhecer que a territorialização da relação capital/trabalho e a espacialização dessa relação se apresenta de diversas formas ao mesmo tempo em que as forças hegemônicas do capital encontram resistências. As *(Re)Existências* constituem-se nas permanências firmadas nos elementos socioculturais, ao mesmo tempo em que são modificadas, ou seja, criar “[...] novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo*.” (MENDONÇA; PELÁ, 2010, p. 34).

filosóficos, teóricos e metodológicos tem-se a falsa ideia de que esse processo ocorreu de forma linear e com marcos divisórios bem claros. Entretanto esse entendimento necessita ser revisto, uma vez que esse processo de evolução da Geografia não se deu exatamente desta forma. A construção da ciência geográfica e sua evolução ao longo do tempo nas diferentes sociedades ocorreu a partir da relação entre o novo e o velho, ou seja, não se trata de uma sucessão precisa de tempos, em que os velhos paradigmas são completamente substituídos, deixando de existir para ceder lugar para um novo. Na verdade, ocorrem produções em ambas as perspectivas.

Em cada “fase” da ciência geográfica predomina um determinado paradigma que é composto por uma concepção teórica capaz de explicar e ordenar a formulação de problemas e pesquisas. As transformações da realidade abrangendo o aspecto filosófico e metodológico promovem o surgimento das pesquisas de vanguarda. (CHRISTOFOLETTI, 1985). Isso revela um constante movimento de (re)construção da ciência geográfica.

A partir de 1950 começa o chamado movimento de renovação da Geografia que passa a ser trabalhada numa nova perspectiva, ou seja, a partir de novos paradigmas metodológicos. Muitos tendem a conceber a Geografia construída em tempos anteriores como totalmente desnecessária, ou mesmo sem qualquer contribuição para as tendências da Geografia na atualidade, outros autores se posicionam em defesa de uma retomada dos princípios desta ciência na Antiguidade e no período Clássico buscando em suas raízes os instrumentos necessários para o seu fortalecimento enquanto ciência na atualidade.

Para Mendonza; Jimenéz; Cantero (1988) esse movimento está relacionado com a crise dos horizontes epistemológicos instaurada desde a década de cinquenta, quando a tradição geográfica anterior é substituída por outros cortes mais sistemáticos, melhor adaptados aos requisitos considerados verdadeiramente científicos, o que significou um “abandono” da tradição geográfica, tanto pelas tendências analíticas, quanto pelas marxistas. Esperava-se que esse Movimento de Renovação da Geografia, anteriormente baseada na cientificidade positivista e da racionalidade evolucionista, fosse capaz de promover a sistematização da Geografia

enquanto ciência. Com o passar do tempo, os resultados alcançados denotam limitações e deficiências o que acentua uma preocupação em reconhecer as bases epistemológicas originais do conhecimento geográfico, promovendo a busca por um melhor entendimento da Geografia Tradicional, valorizando algumas de suas características.

[...] y este interes por la propia tradición lleva a reconocer el valor y la vigencia de sus horizontes epistemológicos, de su modo de entender lo geográfico, cobrando de nuevo actualidad - [...] – ideas tan presentes a lo largo de ella tradición como la de paisaje, la de región, la de las relaciones entre hombre y medio o la del carácter unitario de la Geografía. (MENDONZA; JIMENÉZ; CANTERO, 1998, p. 02).

A esse respeito Moraes (1983) ressalta a necessidade de superar a ideia de falência total do pensamento geográfico tradicional e critica o caráter de “ruptura” com as bases tradicionais da Geografia. Segundo o autor o ideal seria compreender e avaliar as suas bases teóricas e filosóficas no contexto de sua gênese, formando o pressuposto para transformação da sua prática. “[...] Discutir o passado para melhor se preparar para o futuro. [...] O corpo teórico da Geografia tradicional deverá, então, ser avaliado, compreendido e criticado. [...]” (MORAES, 1983, p. 02).

Capel (2008) demonstra uma preocupação com as bases teóricas da Geografia e apresenta um estudo do contexto histórico-social-geográfico, ou seja, dos componentes filosóficos da Geografia Tradicional, sobretudo, a partir da trajetória de Alexandre von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859). “Esses cientistas formularam as bases teóricas e metodológicas que deram à Geografia a unidade e *status* de ciência no século XIX.” (SEABRA, 1997, p. 48).

Para Capel (2008) Humboldt, apesar de não se considerar um geógrafo, mas sim um físico, naturalista, químico e botânico, é considerado o pai da moderna Geografia, por promover importantes contribuições para a Geografia como um todo e principalmente para a Geografia Física e a Geografia Regional. Humboldt apresenta um projeto científico que demonstra empiricamente a concepção idealista da harmonia universal da natureza concebida como um todo de partes intimamente relacionadas, um todo harmonioso movido por forças comparativas, pois uma de suas grandes contribuições foi a comparação das diferentes paisagens nos diferentes locais da Terra. Entretanto, Humboldt não realiza uma descrição estática

da natureza, mas sim faz as comparações numa perspectiva histórica, ou seja, concebe a mudança e a evolução das paisagens.

Segundo Capel (2008) Ritter foi um geógrafo e professor que propôs o estudo das relações entre a superfície terrestre e a humanidade. Diferentemente de Humboldt, sua dedicação profissional é ao ensino e suas atenções estão voltadas ao entendimento do homem. Além disso, é possível identificar na obra de Ritter uma constante preocupação em introduzir um método verdadeiramente científico na Geografia, tornando-a uma ciência. Ritter estuda as relações ou conexões entre os fatos físicos e humanos, envolvendo sempre a ideia de causalidade, além disso, a Geografia seria algo superior à simples descrição da Terra. Para Ritter “[...] a Geografia e a História deveriam estar necessariamente juntas [...] o território atua sobre seus habitantes e os habitantes atuam sobre o território [...]”. (CAPEL, 2008, 41-42). O idealismo de Ritter está relacionado à influência filosófica de Hegel e à filosofia idealista alemã. Já o seu determinismo pode ser vinculado à ideia do mundo como organizado, com finalidade e história como a vontade divina. Assim,

De todas as raízes provém o determinismo de Ritter, sua pretensão de explicar os fatos humanos em função dos fenômenos físicos. Um determinismo que é uma mistura do ambientalismo da ilustração e do teleologismo próprio das concepções românticas e idealistas. (CAPEL, 2008, p. 51).

O método de análise de Ritter revela uma preocupação com a forma e a proporção, consiste em “reconstruir a unidade do Todo a partir da observação, progredindo do simples ao complexo. [...] Ritter pensa chegar assim, pela comparação ao estabelecimento das leis gerais [...] o objetivo de avançar sempre do simples ao complexo [...]” (CAPEL, 2008, p. 50).

Acerca da geografia francesa Capel (2008) afirma que foi sendo consolidada a partir da última década do século XIX e primeiras do século XX. O autor afirma que a influência alemã foi imprescindível, e acrescenta ainda que o interesse pela Geografia no País não foi por acaso, mas sim devido ao contexto político-econômico instaurado com a derrota em 1870 frente à Alemanha que significou o aumento da presença da Geografia como disciplina no ensino em todos os níveis, incluindo na universidade, pois se acreditava que “o progresso da

Geografia era um dos elementos de renovação”, o que demonstra a importância da geografia enquanto disciplina e ensino.

A transição do século XIX ao século XX consiste na Geografia Clássica, constituída a partir das críticas à razão positivista e à racionalidade evolucionista. A crise da razão positivista originou um crescente processo de diversificação e especialização dos diferentes campos do saber científico, o que significou consequências importantes para o saber geográfico, que se constituiu nesse período com ampla diversidade conceitual e metodológica que acaba configurando um intenso debate acerca da construção teórico-metodológica da Geografia.

[...] De la seguridad y de heterogeneidad conceptual y metodológica. De la seguridad se pasa a la inseguridad; Del amplio acuerdo sobre lo que es y debe ser el conocimiento geográfico se pasa a la incertidumbre y al desacuerdo sobre lo que es y debe ser el conocimiento geográfico se pasa a la incertidumbre y al desacuerdo. Cada autor o cada escuela intenta encontrar, a su manera, un horizonte cognoscitivo en el que la geografía pueda mantenerse a salvo de las múltiples amenazas que parecen derivarse de los nuevos aires intelectuales y científicos.[...] (MENDONZA; JIMÉNEZ; CANTERO, 1988, p. 52-53).

Valcárcel (2000) afirma ser imprescindível conhecer as bases de construção do saber geográfico desde a Antiguidade, bem como a trajetória intelectual dos geógrafos. Para o autor apesar de a Geografia ser uma ciência sistematizada apenas na segunda metade do século XIX, existe um processo de construção milenar deste saber, que não deve ser ignorado, pelo contrário, deve também ser reconhecido e compreendido para o entendimento da forma como a Geografia foi construída no mundo grego antigo, na sociedade ocidental medieval, e ainda no mundo oriental. Afirma também que a construção do saber sobre o espaço, uma das categorias de análise da Geografia, foi sendo elaborado a partir das práticas espaciais dos diferentes povos na Terra. Atribui aos gregos à invenção do saber geográfico, e o primeiro esforço de representação do mundo, embora esse saber geográfico que influenciou a Geografia tanto no mundo ocidental quanto no mundo oriental, esteja em alguns aspectos bem distante do que hoje se concebe como Geografia.

As chamadas tendências mais recentes da Geografia, constituídas a partir dos anos 50, configuraram as perspectivas da Geografia quantitativa, da Geografia da percepção ou Geografia humanística, e da Geografia radical, Geografia Crítica, ou para muitos autores, Geografia marxista. Ambas constituem o panorama do pensamento geográfico atual, com grandes divergências entre si, ao mesmo tempo em que possuem pontos em comum em relação ao entendimento das categorias geográficas, tais como espaço, território, paisagem e região.

A Geografia quantitativa, analítica e sistêmica, ou Nova Geografia está relacionada às mudanças nas diversas áreas do conhecimento científico a partir dos anos 50, as quais foram amplamente influenciadas pelo neopositivismo, ou pelos métodos físicos e matemáticos. Nesse contexto filosófico, o método lógico e matemático significava o rigor científico. Para a Geografia, significou também um grande destaque sobre as linguagens geográficas e suas análises, o predomínio do método dedutivo e a formulação de hipóteses, bem como, os estudos estatísticos e sistêmicos. A teoria constitui o ponto de partida e o ponto de síntese nas pesquisas geográficas, e somente elas são capazes de explicar a realidade.

Para Christofolletti (1985) os instrumentos de análise da Nova Geografia são as matrizes de informação espacial, o uso de modelos, o trabalho de campo, as cartas, as fotos e a análise, ou seja, coletar e estudar informações. Portanto, suas atenções estariam voltadas para a representação, descrição e funcionamento do sistema, ou melhor, “[...] o modelo é instrumento que formaliza a hipótese para ser devidamente testada, implicando formulações quantitativas, verificáveis e universalmente aplicadas.” (CHRISTOFOLLETTI, 1989, p. 74).

O modelo científico da Geografia quantitativa recebe influências da forma de conhecimento científico vigente na modernidade, o qual reconhece como rigor científico a proximidade com a matemática e as ciências da natureza. Souza Santos (2008) propõe uma nova forma de reconhecimento do que é ciência, do que é o chamado rigor científico, e dentre outros aspectos, estabelece uma crítica a esse modelo único de fazer ciência, uma vez que

[...] O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objectivar os fenômenos, os objectualiza e os degrada, que ao

caracterizar os fenômenos, os caricaturiza. (SOUZA SANTOS, 2008, p. 54).

Após o período de 1970 surgem fortes indícios de uma nova transformação na Geografia. Os debates acerca da lógica “positivista-hipotético-dedutiva”, e ainda uma constante preocupação com os problemas sociais culminaram no surgimento de um novo paradigma para a ciência geográfica. Seabra (1997) assegura que

[...] a Geografia Pragmática foi largamente criticada [...] procurava apenas registrar crescimentos e quantidades, sem considerar as consequências sociais e ecológicas em razão do processo de expansão do modo de produção capitalista. As principais críticas a essa corrente partiu do grupo de geógrafos, denominados marxistas, [...]. (SEABRA, 1997, p. 66-67).

Essa nova corrente da Geografia denominada crítica ou radical surgiu nos Estados Unidos, num contexto de movimentos de renovação das diversas áreas do conhecimento e ainda num contexto social de movimentos em favor dos direitos civis, de movimentos pacifistas contrários à Guerra do Vietnã, dos acontecimentos do Maio de 68⁴, das denúncias da pobreza que se formava em consonância a grande riqueza do país e a consciência da crise ecológica causada pelo capitalismo. Dentre os principais autores que preconizaram a Geografia Crítica estão Harvey e Bunge. Esta nova corrente é contrária aos pressupostos epistemológicos presentes na Geografia analítica, na Geografia clássica e na fenomenológica, e propõe uma nova forma de se fazer Geografia. É importante reconhecer a ressalva de Mendonza; Jiménez; Cantero (1988),

Es difícil aproximarse a las perspectivas radicales em geografia. Y es difícil no solo or su diversidad de âmbitos de nacimiento y desarrollo, por su diversidad de pronunciamientos y direcciones y la heterogeneidad de sus “fuentes”.(MENDONZA; JIMÉNEZ; CANTERO, 1988, p. 135).

⁴ O ano de “1968” ficou conhecido como o ponto de partida para uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais, que afetaram as sociedades da época de uma maneira irreversível. Seria o marco para os movimentos ecologistas, feministas, das organizações não-governamentais (ONGs) e dos defensores das minorias e dos direitos humanos. Frustrou muita gente também. A não realização dos seus sonhos, “da imaginação chegando ao poder”, fez com que parte da juventude militante daquela época se refugiasse no consumo das drogas ou escolhesse a estrada da violência, da guerrilha e do terrorismo urbano. Fonte: <http://educaterra.terra.com.br>.

Cabe também destacar a necessidade de diferenciação no tratamento da Geografia Radical pela Escola norte-americana e a Escola francesa. Na primeira nota-se uma adesão ao *marxismo* de uma maneira liberal, com maior teor revolucionário, enquanto na segunda tem-se uma crítica mais acentuada em relação à modificação do discurso geográfico, ou mesmo a utilização do marxismo, mas não de forma tão ortodoxa quanto na primeira.

A Geografia Crítica centrou suas intenções em desvendar os discursos ideológicos e estratégicos do saber geográfico produzidos até então, cujos objetivos eram impedir uma reflexão política sobre as relações de poder na produção e reprodução do espaço. Outro aspecto a ser considerado é a preocupação da Geografia Crítica em demonstrar realmente o papel ideológico da ciência e ressaltar a importância da postura do pesquisador na realização da pesquisa, já que “[...] no existe ciência objetiva, ezenta de juicios de valores y políticamente neutra. [...]” (MENDONZA; JIMÉNEZ; CANTERO, 1988, p. 135).

As principais críticas lançadas pela Geografia Crítica à Geografia Analítica referem-se ao saber construído de forma desproporcional à teoria explicativa, às abstrações mecanicistas incapazes de explicar os processos que desencadeiam os problemas e às descrições, formulações de teoria que não criticam e nem identificam as lutas de classes. No que se refere à Geografia Clássica, a crítica se refere à ciência construída a serviço do desenvolvimento do modo de produção capitalista, para o conhecimento, dominação e exploração da terra.

Em meados da década de 1950 começam a aparecer trabalhos centrados no modo da percepção e no comportamento social, desenvolvidos nos Estados Unidos por Yfu Tuan, influenciados pelas ideias de Hursserl, contra o objetivismo positivista presente na Geografia analítica. O movimento denominado de Geografia Humanística, ou Geografia da percepção tem uma grande proximidade com o aparato conceitual e metodológico da psicologia, pois considera a percepção humana do meio e do espaço.

Tuan (1985) considera que a Geografia humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição, uma vez que promove a interação entre as humanidades

e as ciências sociais para promover uma visão precisa de mundo. Este modo de fazer Geografia busca compreender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana, e compreende as amplas experiências, pensamentos, emoções, valores, atitudes, simbologias, eventos, intenções e aspirações humanas. Nesta perspectiva, o espaço seria definido como um conjunto contínuo e dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se, percebe, valoriza e busca um significado para as coisas.

Para Buttimer (1985) a fenomenologia pode ser definida a partir de três posições distintas: a fenomenologia pura, proposta por Husserl, cuja preocupação central é a análise e interpretação da consciência, as evidências e aos fatos como são produzidos; a fenomenologia existencialista, proposta por Merleau-Ponty, Marcel e Schutz, na qual a centralidade está na intenção metodológica de penetrar no contexto do mundo vivido, dentro do qual a experiência é construída; a fenomenologia hermenêutica, de Ricoeur, que leva em conta os contextos específicos de cada fenômeno.

Gomes (2007) destaca que algumas características fundamentais do humanismo foram retomadas pela Geografia: a primeira diz respeito à visão antropocêntrica do saber; a segunda consiste na adoção de uma visão epistemológica holística; a terceira considera o homem como produtor de cultura; a quarta relacionada ao método lógico-analítico trabalha com abstrações superficiais, considerando apenas os contextos próprios e específicos de cada fenômeno; e por último, a relação entre a ciência e a arte, ou cultura. Nessa corrente de pensamento o pesquisador observa como os indivíduos estruturam o ambiente de um modo inteiramente subjetivo, mesmo agindo sem julgamentos e sem a utilização de ideias próprias.

Valcárcel (2000) define a Geografia Humanística como:

La consecuencia más visible es el esfuerzo por encontrar o por justificar una geografía que pueda salvar su propia tradición. Se trata, por una parte, de reivindicar el lugar, la región, el paisaje, como posibles espacios de unidad. Se trata, por otra, de propugnar una geografía menos deudora epistemológicamente hablando, del rigor, que permita dar cabida a la multiplicidad. Una reivindicación de la geografía como arte, de la geografía, como cultura. [...] (VALCÁRCEL, 2000, p. 500).

A partir desta exposição das principais “fases” da Geografia, seus pontos de convergência e divergência, demonstram as complexas e diversificadas tendências que configuram o panorama do pensamento geográfico na atualidade. Este panorama atual bastante amplo, não se encontra isento de problemas, sobretudo devido a sua multiplicidade de campos de atuação, os quais significam o constante debate e busca para a construção de um conhecimento geográfico criticamente flexível e ao mesmo tempo consistente. O debate que se constrói em relação ao saber geográfico contemporâneo está estruturado nas questões de uma ou de muitas geografias, ou seja, em muitas *ciências geográficas* cujo conhecimento está estruturado em um conjunto de saberes múltiplos, que separam as ciências humanas ou sociais e as ciências da natureza, ou se mantém uma única Geografia a partir da união entre ambas.

Valcárcel (2000) diz que o *fazer Geografia* na contemporaneidade, sob grande influência do pós-estruturalismo e do pós-modernismo que significaram um maior ecletismo e relativismo na teoria e na filosofia do conhecimento, tem proporcionado à Geografia uma “[...] comfortable recomendación de empirismo, en una disciplina agitada durante muchos años por las tormentas teórico-metodológicas. [...]” (VALCÁRCEL, 2000, p. 495), além de um grande ecletismo nos campos, enfoques e concepções de atuação da ciência geográfica. Para o autor, esse contexto tem oportunizado uma situação confortável para os geógrafos que pouco se preocupam com as questões teórico-metodológicas da ciência, mas reforça a necessidade de uma renovação da racionalidade de forma que consiga responder às exigências de uma sociedade em constante transformação sem o abandono destas questões, e ainda resolver a questão da unidade na ciência geográfica.

Um dos grandes debates acerca da constituição da Geografia enquanto ciência refere-se à sua unidade. O que está relacionado à separação entre as ciências humanas e sociais e as ciências naturais. Para muitos geógrafos a possibilidade de união entre a Geografia Física e Humana é impossível e constituirá um de seus problemas enquanto houver a dicotomia sociedade x natureza, significando ainda a não existência de um saber geográfico único. Em contrapartida,

outra corrente de geógrafos entende que não é possível conceber um conhecimento geográfico sobre a natureza, sem uma relação com a sociedade, ao mesmo tempo em que não é possível compreender a sociedade sem a natureza. Nesse caso tem-se a necessidade de pensar outra/s forma/s de cientificidade/s pautada/s não em um paradigma, mas em paradigmas, e não em um único modelo de racionalidade, mas de racionalidades.

Souza Santos (2008), numa postura antipositivista apresenta os elementos da crise do paradigma da modernidade, vigente no momento atual de transição, e identifica no seio deste os indícios que configuram o paradigma emergente. Para o autor o desafio para a construção da unidade do saber geográfico enquanto ciência está nas diferenças entre as ciências naturais e ciências sociais. Isso porque o modelo de racionalidade posta pela modernidade está vinculado ao modelo de racionalidade e objetividade positivista ou neopositivista. Nesse caso as ciências sociais sempre foram alvo de debates acerca da sua validade enquanto ciência, por isso o seu atraso em relação às ciências naturais. Os principais pontos de “deficiência” estão relacionados ao seu objeto de estudo e ainda aos seus procedimentos metodológicos os quais não permitem a abstração, não são passíveis de experimentações e formulação de leis, bem como, não são objetivos e nem podem libertar-se da influência da prática dos cientistas.

Assim Souza Santos (2008) identifica uma amplitude de condições teóricas e sociais que compõem o cenário da crise paradigmática atual, e apresenta os indícios de um paradigma emergente, a partir de uma *imaginação sociológica*. O autor denomina essa nova forma de cientificidade de [...] paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. [...] (SOUZA SANTOS, 2007, p. 16; 2008, p. 60) As teorias apresentadas são: primeiro, a perda de sentido da dicotomia entre natureza e sociedade uma vez que o paradigma emergente está fundamentado num conhecimento não-dualista, e por uma proximidade das ciências naturais com as ciências sociais, ou seja *todo conhecimento científico-natural é científico-social*; segundo, tendo em vista que na ciência moderna o rigor científico é ampliado na medida em que se fragmenta o objeto de estudo e nas chamadas especializações, no paradigma emergente o conhecimento construído a partir de

uma totalidade universal, no qual *todo conhecimento é local e total* e constituído a partir da transgressão e da pluralidade de métodos; o conhecimento moderno foi elaborado a partir da dicotomia sujeito/objeto, no paradigma emergente, *todo o conhecimento é autoconhecimento*, o saber torna-se um saber prático; a ciência moderna é contra o senso comum, no paradigma emergente propõe-se um novo senso comum, não apenas uma racionalidade, mas *racionalidades*, onde *todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum*.

De acordo com Latour (1994) a grande fragmentação na constituição do conhecimento científico revela uma situação contrária à modernidade, ou melhor, a intensa fragmentação do objeto de estudo coloca em cheque a própria modernidade. Dessa forma, o intenso crescimento dos “quase-objetos” definiu o quadro de conceitos da modernidade o que significou a desestabilização dos diversos campos do conhecimento humano, isso porque o paradigma da modernidade é constituído sobre a dualidade homem x natureza, ou a partir da distinção entre o campo da ciência social e política e o campo das ciências naturais e exatas. A solução estaria no entendimento dos híbridos a partir da “Constituição” por meio da ligação, ou mediação dos quatro eixos de análise que estão separados: natureza, sociedade, discurso e esquecimento do ser.

Nesse sentido, é preciso compreender a Geografia enquanto ciência a partir da sua trajetória composta por diversas correntes e perspectivas que formam a sua identidade, concebendo-a como uma Geografia em constante (re)estruturação, que busca o entendimento da realidade a partir da sua construção histórica e processual. Isso significa uma ampla diversidade que deve ser vista a partir da sua importante contribuição para o enriquecimento conceitual, científico e utilitário desta ciência. Cabe aos geógrafos optarem por uma ou outra corrente, analisando a realidade dos fenômenos e as categorias de análise, de forma que possam desvelar o movimento da realidade a que se dedica compreender, sem empobrecê-la e sem tornar-se apenas senso comum. Para que sua opção seja clara e consciente é preciso compreender as diversas tendências, seus princípios, pontos de encontros e desencontros e avaliá-las, reconhecendo seus aspectos positivos e negativos, ou mesmo propor novas formas de abordagens para a Geografia.

No próximo item serão apresentados os principais desafios que são lançados à ciência geográfica, destacando-se as contribuições das ciências sociais, e ainda, alguns aspectos da pesquisa que está em construção.

3 OS DESAFIOS PARA A GEOGRAFIA NA ATUALIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Este estudo acerca do processo de (re) construção da ciência geográfica permite o reconhecimento de dois grandes desafios para os geógrafos na atualidade, ou seja, a unidade da ciência colocada em cheque pela dicotomia sociedade e natureza, marcada pelo debate entre Geografia Física e Geografia Humana, e ainda a construção de uma ciência capaz de compreender as intensas transformações da sociedade e que consiga desvendar as complexas tramas espaço-temporais que compõem o movimento do real na atualidade. Para tanto se reconhece a importância de recorrer às abordagens de autores de outras áreas do conhecimento que possam contribuir para a superação desta dicotomia, a partir da construção de uma *nova racionalidade*. É preciso ainda que os geógrafos reconheçam a importância da escolha do/s método/s e da metodologia a serem utilizados nas pesquisas geográficas para que elas não se tornem insuficientes nas análises propostas.

Nesse sentido, as abordagens de Souza Santos (2008) no texto “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” faz uma reflexão acerca da superação do modelo de racionalidade vigente como uma forma de avançar na compreensão do mundo numa perspectiva conjunta homem-natureza, a partir dos estudos realizados em países como Moçambique, África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia e Portugal, no qual apresenta uma *reinvenção da emancipação social*. Neste estudo, o autor identifica formas e possibilidades de globalização alternativa que significam a/s emancipação/s social/s. As iniciativas identificadas, dentre outras, são formas de democracia participativa, sistemas de produção alternativa e economia solidária, multiculturalismo, direitos coletivos, pluralismo jurídico, cidadania cultural, alternativas aos direitos de propriedade intelectual,

biodiversidades capitalistas e novo internacionalismo operário. Esses elementos evidenciam experiências que foram/são silenciadas pelo modelo de racionalidade hegemônica, mas que precisam e devem ser desveladas e trazidas à tona, por um trabalho que o autor denomina de *sociologia das ausências, sociologia das emergências e pelo trabalho de tradução*.

As considerações de Souza Santos (2008) partem de três elementos fundamentais: primeira, a experiência social do mundo é mais ampla e variada do que as evidenciadas pela modelo eurocêntrico de conceber o mundo; segundo, essa riqueza social está sendo desperdiçada; e terceiro, para combater o desperdício da experiência social é preciso propor um modelo diferente de racionalidade, uma nova ciência social. É preciso então três pontos de partida: primeiro, a compreensão de mundo excede a visão ocidental de mundo; segundo, refere-se à concepção de tempo e temporalidade; terceiro, expandir o presente e contrair o futuro. Dessa forma, o autor propõe uma nova forma de abordagem nas pesquisas nas diversas áreas do conhecimento científico, tais como a Geografia.

Na pesquisa que está sendo desenvolvida, a contribuição de Souza Santos é de suma importância na tentativa de uma abordagem que se propõe em alguns aspectos romper com o modelo de razão vigente nos discursos, denominadas pelo autor de *razão metonímica* e *razão proléptica*. A razão metonímica é pautada na ideia de totalidade sob a forma de ordem, nesse sentido há apenas uma lógica que domina tanto o comportamento do todo como o de cada uma das suas partes e estas não tem existência fora da relação com a totalidade, ou seja, nenhuma das partes pode ser pensada fora do todo. Já a razão proléptica concebe o futuro através do tempo linear, uma visão que contraiu o presente e dilatou o futuro.

O pensamento de Souza Santos (2008) oportuniza uma análise da agroindústria, dos trabalhadores, camponeses, pecuaristas e empresas rurais, sujeitos desta pesquisa, sob um novo prisma na medida em que o autor propõe alternativas à forma de conceber a realidade vivenciada pelos mesmos. Contra a razão metonímica, pautada na lógica da monocultura do saber, na lógica do tempo linear, na lógica da classificação social, na lógica da escala dominante e na lógica

produtivista, apresenta a ecologia dos saberes, a ecologia das temporalidades, a ecologia dos reconhecimentos, a ecologia das trans-escalas e a ecologia da produtividade. Contra a razão proléptica, apresenta a sociologia das emergências que,

[...] consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente das atividades de cuidado. (SOUZA SANTOS, 2008, p. 21).

Esta reflexão remete à algumas análises do complexo lácteo brasileiro que apresentam resultados de forma hierarquizada e relacionadas a juízos de valor conforme o discurso e a racionalidade hegemônicos na atualidade. Como exemplo tem-se Paulillo; Herrera; Costa (2002) que caracterizaram os sistemas de produção de leite no Brasil em três níveis conforme o instrumental tecnológico. Assim, estariam divididos da seguinte maneira: Sistema de produção de alto nível tecnológico, sistema de produção com médio nível tecnológico e sistema de produção de baixo nível tecnológico. O primeiro, em propriedades de forma empresarial, o segundo os chamados pecuaristas tradicionais, com deficiências no manejo e alimentação do rebanho, e o terceiro, nas propriedades com menos de 50 há, raça predominante zebu (baixa produtividade) pastagem natural, reprodução natural, ordenha uma vez ao dia e manual, desmama do bezerro entre 06 e 08 meses, alimentação inadequada e insuficiente durante a seca, ou seja, o período de estiagem.

Estes três modelos de organização da produtividade nas propriedades não devem ser entendidos a partir de hierarquias ou juízos de valor, como se houvesse um modelo ideal a ser seguido, mas como múltiplas formas de organização da propriedade, da produção e do trabalho no campo atualmente, e que coexistem, *disputam territórios*. É preciso ir além da chamada *monocultura do tempo linear*, ou seja, deixar de lado as abordagens que concebem a história com sentido, direção e conhecimentos únicos, tais como a ideia de progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização, e a concepção do *atrasado em relação ao avançado*. Mas sim, considerar a *ecologia das*

temporalidades, conforme propõe Souza Santos (2008) atribuindo-lhes a sua própria temporalidade e possibilidade de desenvolvimento, e pensar

[...] a ideia de que as sociedades são construídas por várias temporalidades e de que a desqualificação, supressão ou ininteligibilidade de muitas práticas resulta de se pautarem por temporalidades que extravasam do cânone temporal da modernidade ocidental capitalista. (SOUZA SANTOS, 2008, p. 18).

O discurso da *modernidade* ou do *atraso* traz a ideia da necessidade de incorporação das técnicas e tecnologias no campo em caráter urgente, hegemônico e ainda como única forma de existência no contexto da globalização. De acordo com Mendonça (2004) a implementação das atividades modernizantes na agropecuária do Planalto Central foram construídas a partir de

[...] ações políticas (planejamento econômico), as ações econômicas (capital privado nacional de transnacional), as ações sociais (melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da população local e regional) e as ações culturais (ideologia do atraso, do isolamento, entre tantas outras argumentações, com o intuito de criar *consensos sociais* [...]) (MENDONÇA, 2004, p. 28).

Nota-se uma organização, ou união por parte do Estado e do capital no sentido de promover políticas de modernização agropecuária em Goiás, cuja inclusão e melhoria nas condições de vida ficam apenas no discurso, pois “as inovações técnicas e tecnológicas excluíram e excluem aqueles que não têm formação técnica necessária para o exercício das novas funções [...]” (MENDONÇA, 2004, p. 29).

No caso da bacia leiteira de Corumbaíba (GO) o papel do Estado foi decisivo para a instalação da agroindústria laticinista no município. Essa atuação estatal representada por programas como o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) e o Fomentar, que culminam na doação de terrenos, infraestrutura e concessão de impostos, aliada à mão-de-obra abundante e à falta de tradição em organizações sindicais e em práticas reivindicatórias formam elementos atrativos para a territorialização do capital.

Diante do novo contexto que se constrói alguns proprietários veem na modernização da produção leiteira a chance de ampliar a sua renda e investem

capital na reestruturação produtiva, através da inserção de raças de gado leiteiro com maior produtividade, mecanização da ordenha, armazenamento e transporte do leite, além da utilização do trabalho assalariado nas propriedades. Para isso utilizam capital próprio, ou recorrem às linhas de créditos disponíveis em bancos estatais ou privados. Esses, de fato, têm a sua renda aumentada, mas têm também seus gastos com a produção aumentados, significando dependência financeira e com relação às exigências do mercado mais intensificadas nesse novo modelo.

Outras famílias camponesas continuam no ramo da produção leiteira por esta significar garantia de renda constante da terra, entretanto com pouca ou nenhuma inovação tecnológica da produção e com trabalho familiar. Nesse caso, os desafios são inúmeros, pois existe uma série de imposições por parte do mercado (agroindústria laticinista) e do Estado (Leis e Normativas), além do chamado *discurso da modernidade* que atribui ao tradicional a ideia do atraso e do comodismo. Os camponeses veem-se diante da necessidade de se manterem na terra, mas para isso, segundo os imperativos do capital, devem se sujeitar à modernização da produção, mesmo que ela possa significar o endividamento e o risco de perdê-la.

Não se pretende nesta análise reconhecer somente aqueles que modernizam a sua produção, como se fosse o único caminho a ser seguido para continuar na produção leiteira, pelo contrário, tem-se o objetivo de reconhecer como os camponeses lutam para se manterem no setor, ou seja, conhecer as estratégias de resistências que esses sujeitos vêm desempenhando neste contexto.

A escolha do/s método/s e da/s metodologia/s a serem utilizados estão relacionados, dentre outros aspectos à postura política e à formação do geógrafo. Esta escolha deve ser mediada pela apreensão do que constituem o método e a metodologia na pesquisa. Para autores como Morin (2005) o método é construído e formulado no decorrer da pesquisa. Alves (2008) afirma que o método é a forma de obter resultados a partir de uma teoria como fundamento, tais como o método dialético, positivista, fenomenológico, hermenêutico, dentre outros.

Minayo (2003) entende a metodologia como uma articulação entre conteúdos, pensamentos e existência, já que as concepções teóricas de

abordagens, a teoria e a metodologia caminham juntas. Ela deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.” (MINAYO, 2003, p. 16).

Numa pesquisa a metodologia ou os procedimentos metodológicos assumem um papel de destaque, pois irão nortear o trabalho do pesquisador rumo aos objetivos propostos no trabalho. “A metodologia constitui todo um referencial ontológico, epistemológico do pesquisador.” (BARROS, 2008, p. 72).

A Geografia lida com fenômenos sociais, em constante construção, por isso as dificuldades em relação à escolha do método e da metodologia a serem utilizados nas pesquisas. As questões sociais são constantemente (re)construídas, portanto, dinâmicas e com consciência histórica. Por isso, a demanda pela utilização de diferentes métodos e diversos procedimentos metodológicos que sejam capazes de compreender, ao menos em partes, as complexidades da realidade e dos fenômenos investigados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência geográfica é marcada por uma trajetória de diferentes “fases” em consonância com o contexto histórico-social vigente. O novo paradigma surge a partir das pesquisas de vanguarda, que por sua vez seguem uma demanda histórico-social. No entanto, o novo paradigma não substitui completamente o velho, mas sim estão em constante diálogo na constituição das pesquisas geográficas por meio de pontos de afinidade e desacordo. Daí a necessidade de o geógrafo compreender a formação teórico-metodológica e filosófica de cada uma delas e fazer a opção, clara, de qual/s abordagem/s utilizar nas pesquisas. Estas devem estar atentas a complexidade e ao constante movimento da realidade dos fatos e fenômenos pesquisados.

Um dos grandes desafios para a Geografia e para os geógrafos na atualidade é a unicidade desta ciência, pois está intimamente relacionado à

superação da dicotomia sociedade x natureza, presente, ainda no paradigma da modernidade. Uma das opções seria a utilização do método das ciências sociais, ou melhor, de *um novo senso comum* cuja abordagem está centrada em um novo modelo de *racionalidade/s*. Dessa forma, a pesquisa geográfica não correria o risco de não contemplar a magnitude da realidade que se propõe compreender.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. In: **Dialogus**, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008. p. 227-241.

BARROS, J. D. O projeto de pesquisa: funções e estrutura fundamental. In: **Um projeto de pesquisa em história: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2005.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.

CAPEL, H. **Filosofía y ciência em la geografia contemporânea**: uma introducción a La Geografia. São Paulo: Bancanova textos universitários, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As características da nova geografia. In: **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985, p.71-101

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 34. ed. Rio de Janeiro, 1994, 152 p.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**, 2004. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente.

_____.; PELÁ, M. C. H. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputas. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Orgs). **Cerrado**: perspectivas e olhares. Goiânia: Vieira, p. 51-69, 2010.

MENDONZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza, 1988.

MINAYO, M. C. S.(org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MORAES, A. C. R. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico**: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Frederick Ratzel, 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 1-25.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2.ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PAULLILO, L. F. O.; HERRERA, V. E.; COSTA, L. M. da. A reestruturação agroindustrial láctea brasileira e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto, SP. In: ALVES, L. F. (orgs.) **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. 1º ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2002. p. 153-221.

SEABRA, G. F. **Fundamentos e perspectivas da geografia**. João Pessoa: Universitária, 1997.

SOUZA SANTOS, B. de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63. Outubro/2002. p. 237-280.

_____. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In: **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. V. 1. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TUAN, Y. F. Geografia Humanística. In: **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.

VALCÁRCEL, J. O. **Los horizontes de la geografia**: teoria de La Geografía. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.